

AS FILHAS DE EVA



RP
12014

APRESENTAÇÃO: SITUANDO O SUJEITO DAS PERIFÉRIAS URBANAS

<http://dx.doi.org/10.25091/S01013300202000010011>

MOISÉS KOPPER*

MATTHEW RICHMOND**

[*] Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: moiseskopper@gmail.com

[**] London School of Economics, Londres, Reino Unido. E-mail: matthew.aaron.richmond@gmail.com

As periferias são objeto de estudo privilegiado da sociologia e da antropologia urbanas no Brasil desde a consolidação dessas disciplinas na década de 1970 (Frúgoli Jr., 2005). Temas tão variados quanto pobreza, trabalho, moradia, religião, violência — e diversas formas de mobilização social — caracterizaram as periferias, simultaneamente, como: a) um espaço físico-geográfico em oposição aos centros urbanos; b) uma arena de sociabilidade e expressão cultural; e c) um berço de projetos políticos de emancipação de populações menos favorecidas.

Menos problematizada pela literatura urbana brasileira, a noção de subjetividade emergiu apenas recentemente para captar a experiência individual de processos sociais, políticos, econômicos, históricos e geográficos que atravessam a formação de espaços periféricos. Com muito mais frequência, os habitantes dessas áreas foram caracterizados como “marginais”, “trabalhadores hiperexplorados”, “classes populares”, ou ainda “cidadãos insurgentes”. Porém, tais tipologias conceituais não refletem a complexa, dinâmica e multiescalar vivência desses sujeitos, suas movimentações pelo tecido urbano, seus diversos sistemas de valores sociais e as estruturas de classificação política e econômica nas quais estão emaranhados.

Este dossiê apresenta os resultados de pesquisas recentes que tomam por desafio pensar a relação entre periferias e subjetividade, ou, como a denominamos aqui no plural, *subjetividades periféricas*. As contribuições refletem teórica e metodologicamente sobre a interseção desses conceitos e sua manifestação em contextos de expansão da indústria cultural, das religiões neopentecostais, das instituições de ensino e da economia de plataforma. A partir da antropologia e da sociologia, mas também da psicologia, os autores e as autoras evocam uma visão de periferias como *assemblages* constituídas por discursos, práticas, relações e materiais (Lancione, 2016), e seus habitantes como subjetividades políticas, móveis e psíquicas com graus variados de interdependência, coprodução e incompletude.

Nesta introdução, situamos a literatura sobre periferias e subjetividades periféricas em seu contexto histórico de produção no Brasil. Apresentamos brevemente quatro momentos distintos articulados a transformações teóricas e históricas específicas. Também traçamos uma definição preliminar da noção de subjetividades periféricas que já vem sendo delineada em estudos recentes e que pode ser frutífera como agenda para pesquisas vindouras. Por fim, introduzimos a estrutura do dossiê e encerramos com algumas reflexões sobre o lugar das periferias no mundo pós-pandemia que teremos pela frente.

No Brasil, o fenômeno sócio-histórico e a problemática teórica das periferias surgem em sintonia com processos de urbanização, industrialização e migração em grande escala, assim como a proliferação de novas moradias — sejam elas edificadas pelo Estado, sejam autoconstruídas (Caldeira, 2017). A partir da segunda metade do século XX, a literatura nacional e internacional definiu periferias como locais geograficamente isolados e distantes dos centros urbanos, marcados por escassez econômica e infraestrutura precária. Seus habitantes, muitas vezes em decorrência de deslocamentos forçados, foram vistos como “marginais” (Perlman, 1980) e portadores de uma patológica “cultura de pobreza”, na expressão de Oscar Lewis (1959).

A segunda fase na literatura sobre periferias coincide com a ditadura militar (1964-85) e é marcada pela emergência propriamente dita de um campo fecundo de estudos sociológicos críticos e academicamente enraizados. Opondo-se às premissas da “marginalidade”, tanto no nível teórico como nos estudos etnográficos, pesquisas empíricas passaram a descrever os modos de vida, as aspirações e as práticas de sociabilidade (Cardoso, 1977; Durham, 1973; Fonseca, 2000) que destoavam substantivamente dos estratos médios urbanos (Velloso, 1973). Sob a influência da teoria da dependência e do marxismo, as periferias também foram vistas como locais de intensa exploração econômica e repressão política (Kowarick, 1979). Respondendo à crescente desigualdade e à repressão social daquele período, essas obras produziram um conjunto robusto de abordagens interdisciplinares que se guiaram pelo ímpeto de contestar visões hegemônicas e salientar o potencial dos moradores das periferias como força democratizante. A subjetividade periférica foi, portanto, vista pela ótica de hiperexploração das classes populares (Sader; Paoli, 1986) e da classe trabalhadora (Duarte, 1988).

Um terceiro período nasce com a redemocratização e se estende até o início dos anos 2000, quando políticas sociais de redistribuição de renda alteraram o quadro de expansão neoliberal que caracterizou boa parte dos primeiros anos após a promulgação da “Constituição Cidadã” de 1988. As abordagens teóricas dessa época aprofundaram-se no potencial insurgente de movimentos sociais

como atores políticos (Holston, 2008), apontando para as contradições inerentes à construção e ao acesso a direitos e cidadania (Duarte; Barsted; Taulois; Garcia, 1993). Este é o momento em que diferenças internas às periferias e a seus habitantes passam a ser matizadas, como é o caso da poderosa oposição entre “bandidos” e “trabalhadores” (Zaluar, 1994). No entanto, também se consolida a visão das periferias, e em especial das favelas, como espaços de formação de subjetividade fortemente desconectados — e até divergentes — do resto da cidade e da sociedade (Ventura, 1994).

Isso nos leva ao quarto período, que se inicia com os governos petistas e as políticas de estímulo ao consumo e à redistribuição de renda por eles implementadas. Nesse contexto, as periferias se tornaram construtos teóricos cada vez mais sofisticados e diversificados. A literatura tem mostrado como diversas instituições e agências — entre eles órgãos do Estado, o setor privado, organizações da sociedade civil como igrejas, ONGs e coletivos culturais, além do crime organizado e de facções armadas — disputaram territórios e subjetividades periféricas (Machado, 2013). Ainda que o conceito de subjetividade não esteja claramente presente, essas abordagens buscam avançar no entendimento de relações sociais diversas e porosas entre grupos e processos mais amplos que impactam as periferias. Assim, por exemplo, propõe Feltran (2011), ao afirmar que é preciso “suspender categorias bipolares de nomeação” como “o par conceitual *trabalhador/bandido*”, já que “a partir dessas referências, torna-se impossível compreender, de modo consistente, as dinâmicas sociais e o conflito político que emerge desses territórios”. Não deixa de ser irônico que esse “par conceitual” ganhe cada vez mais força na esfera política: na ascensão de governos populistas de extrema direita, como o do atual presidente Jair Bolsonaro, no uso indiscriminado de *fake news* e mesmo na disseminação de disposições político-eleitorais conservadoras entre os eleitores das periferias (Pinheiro-Machado, 2019).

Apostamos, aqui, num empreendimento teórico-metodológico direcionado ao entendimento subjetivo de formações históricas, econômicas, políticas, sociais e morais. Tomamos como referência a interação direta que, como pesquisadores, construímos com nossos interlocutores de pesquisa. Uma abordagem que se centre no sujeito e em suas experiências é capaz de reconstruir, de modo ainda mais vigoroso, tensões, conflitos, afetações e devires que atravessam as vidas dos habitantes das periferias. Ao explorar a intersubjetividade que emerge das relações das pessoas com redes pessoais, instituições, práticas de classificação e (tecno)materialidades, buscamos recuperar as dimensões humana (Biehl; Petryna, 2013), cognitiva, psíquica e ética da formação de sujeitos nas periferias. Isso implica não apenas categorias e relações socioeconômicas, mas também racionalidades

de Estado, práticas e valores de diversos atores e instituições presentes nesses espaços (tais como escolas, ONGs, igrejas e grupos criminosos), além das interações, trocas e circulações cotidianas que caracterizam e compõem as periferias e as conectam com outros espaços reais e imaginados.

Estamos interessados em reconstruir formas sensíveis de habitar, desejar e perceber o mundo, mas também procuramos descrever os modos pelos quais Estados, mercados e aparatos morais tomam as subjetividades cada vez mais como o epicentro de suas intervenções (Biehl; Good; Kleinman, 2007). Nesse processo, os artigos que compõem o dossiê refletem, com microinterações contingentes que tensionam sua própria subjetividade, a possibilidade de pensarmos a especificidade periférica de um modo de ser, existir, contestar e classificar as periferias em seus desdobramentos políticos e históricos. Com isso, procuramos trazer ao debate uma maneira processual de entender a periferia e seus habitantes que se ancora na incompletude e no permanente devir desses lugares-tempo (Biehl; Locke, 2010, 2017; Carse; Kneas, 2019; Richmond, 2020): suas vias de transição ou permanência, a temporalidade efêmera do que é socialmente possível e desejável, as éticas de vida que amparam engajamentos políticos duradouros.

As contribuições que compõem este dossiê gravitam em torno de cinco tópicos associados ao debate contemporâneo sobre periferias e subjetividades periféricas. Primeiro, a imaginação desses espaços e sujeitos apresenta-se conectada a um conceito de periferia como cultura, mutuamente imbricando novas formas de expressão nas periferias com novas tendências, fora delas, na indústria do entretenimento. Segundo, as subjetividades periféricas dão vazão aos universos psíquicos, jurídicos, institucionais e sociais mais amplos que aparecem conectados na formação de identidades periféricas. Terceiro, pensar a periferia significa também pensar os lugares e as trajetórias educacionais na formação de subjetividades políticas nesses espaços. Quarto, considerar o papel de periferias é ainda explorar as interfaces entre o religioso e o sagrado em meio à expansão do pentecostalismo nesses espaços. E quinto, periferias aparecem articuladas a novas dinâmicas de mobilidade e experiência do urbano, apresentando terreno fértil para a expansão da economia de plataforma, a chamada “uberização” do trabalho informal.

O artigo que abre o dossiê, de Tiaraju D’Andrea, retoma debates teóricos e culturais sobre as definições e usos dos termos “periferia” e “sujeitas e sujeitos periféricos”. O autor considera que, até meados da década de 1980, a periferia e seus habitantes foram abordados por acadêmicos e movimentos sociais com os termos *popular* e *trabalhador*. Apenas no início dos anos 1990, quando a indústria do entretenimento se apropria da periferia, é que houve uma inflexão positiva do termo. Focando na trajetória do grupo de rap paulistano Racionais MC’s, D’Andrea reconhece seu papel central no processo de publicização de questões como a repressão policial, a miséria econômica e o racismo, centralizando diferenças e produzindo uma consciência periférica

juvenil mais unificada. A periferia, mais que uma localização geográfica, passou a representar também um local de enunciação — organizando o repertório de percepções e respostas que marcavam as contradições de classe e a precarização do mundo do trabalho, mas que deixaram de ser subsumidas na figura do trabalhador e passaram a enfatizar aspectos raciais e urbanos.

O artigo de Andréa Máris Campos Guerra reaviva um debate antropológico (Segato, 2006) sobre o esvaziamento cultural, racial e político dos direitos humanos universais e sua desconexão com os corpos negros, femininos, pobres e politizados que ocupam as periferias brasileiras e matizam múltiplas formas de presentificação do eu no mundo. A autora recupera o debate a partir de uma perspectiva psicanalítica que se pergunta sobre a especificidade da experiência de subjetivação na periferia. Esta não é vista como um eixo homogêneo de degradação e pobreza, mas como arquipélagos que dão corpo à “antichidade”, polos multivalentes e fronteiriços que formalizam experiências diversas de subjetivação política. A pesquisa inclui dimensões clínicas, institucionais e comunitárias na periferia de Belo Horizonte, a partir das quais a autora justapõe as experiências do pesquisador, do adolescente em conflito com a lei e da moradora de favela. Dissecando o caso de um jovem em particular, Guerra expõe os regimes de regulação da vida que emanam de sua negociação identitária, tensionando o campo político, comunitário e subjetivo. A subjetividade periférica, nas palavras da autora, compõe então um mosaico de representações e vetores de orientação — a meio caminho entre o morro e o asfalto — que conectam a experiência íntima e inconsciente à vivência política, material e discursiva.

O artigo de Adelina Novaes parte da noção de subjetividade social, derivada da psicologia social, para problematizar o processo relacional de constituição da figura do professor em contextos periféricos. Com uma metodologia quantiqualitativa inovadora que compila grandes conjuntos de reações valorativas e reflexivas em bases de dados, a autora traz o conceito de subjetividade do território mental ao território social e operante. No artigo, ela presta atenção às dimensões concretas e experienciais associadas à permanência dos professores na profissão, sua formação, inserção, experiência docente e condições de aprendizagem do aluno. Uma das variáveis centrais a influenciar a subjetividade social dos professores de ensino fundamental na zona leste de São Paulo estaria, assim, no tempo de docência. Profissionais com cinco a quinze anos de magistério percebem-se como transformadores da realidade social e diretamente responsáveis pela formação dos alunos. Tal postura, segundo a autora, poderia amparar o que chama de “políticas de subjetividade”, que visam à formação do trabalho docente.

O artigo de Carly Machado examina a relação entre as periferias urbanas cariocas e a música gospel, buscando compreender as interseções entre religião, política e cultura na formação de subjetividades periféricas. Diante da expansão do pentecostalismo no Brasil, particularmente na periferia, Machado explora a relação dialética entre locais e subjetividades periféricas, de um lado, e o modo como a religião absorveu práticas, valores e estéticas periféricas — muitas vezes atravessadas pelo crime e pela violência — em seus discursos e espaços de socialização, de outro. Sua análise enfatiza a incorporação de gêneros musicais como o samba e o funk, que fazem parte do cotidiano e da formulação de subjetividades periféricas no Rio de Janeiro, às estratégias de conversão evangélicas. A partir da reconstituição da trajetória moral, musical e política de Waguinho, um músico famoso de samba gospel, Machado reflete sobre as fronteiras borradas entre o secular e o religioso, a periferia e o pentecostalismo, a música e a igreja. Argumenta, assim, que pensar a formação de subjetividades periféricas é também pensar o lugar da religião e do secular nesses espaços.

O artigo de Benjamin Junge e Álvaro Prado trata do processo de uberização nas periferias brasileiras e suas repercussões sociais, políticas e subjetivas. Uber, um aplicativo de *ridesharing*, chegou ao Brasil em 2014, quando o país já apresentava sinais de esgotamento político e econômico. A partir de trabalho de campo realizado com uma amostra de motoristas do aplicativo na cidade do Recife, os autores apresentam um mosaico atual e oportuno dos valores políticos e estilos discursivos expressos por profissionais de diferentes perfis a respeito das rápidas transformações ocorridas em 2018, quando Jair Bolsonaro foi eleito presidente. Discutem como a redução da mobilidade social e econômica que se segue à crise coincidiu com um aumento da mobilidade geográfica propiciada pela tecnologia. Paradoxalmente, isso tornou esses “sujeitos móveis” ao mesmo tempo mais integrados à malha urbana e mais marginalizados social e economicamente. Enquanto constituem um microcosmo de críticas à corrupção, ao caráter nacional, à falta de ordem e à segurança, esses motoristas também sustentam visões particulares da periferia, construindo cartografias de territórios mais e menos desejáveis, seguros e navegáveis — um raciocínio moral que interage com os cálculos de algoritmos.

Finalmente, salientamos que este dossiê vem a público no momento que o país e o mundo atravessam sua pior crise sanitária, econômica e social da história recente, com a explosão dos casos de infecção e morte por Covid-19 e o aprofundamento das crises de governança que acompanham a pandemia. Ainda é muito cedo, obviamente, para um diagnóstico preciso das consequências dura-

douras deixadas pelo coronavírus na economia, no quadro de forças políticas ou mesmo no balanço geopolítico global. Ainda assim, as periferias — os corpos e as subjetividades periféricas — aparecem no centro do drama desses novos arranjos biossociais. Com suas morfologias multilineares e densamente ocupadas, e com uma vida social agitada e interdependente, elas são o palco para a expansão difusa do agente biológico e o epicentro das políticas de gerenciamento político-econômico-social de resposta à pandemia.

Assim como a indústria cultural, as religiões pentecostais e a uberização são fenômenos que florescem difusamente a partir da periferia, a “pandemização” das periferias aponta para a centralidade desses espaços nos cálculos do futuro pós-pandêmico que ora vislumbramos. E, assim como esses fenômenos renegociam desigualdades existentes nas periferias, as ambíguas políticas de contagem de vidas e corpos periféricos durante a pandemia também refazem os canais e tracejados da desigualdade à brasileira. Enquanto autoridades públicas, especialistas e a grande mídia buscam antecipar os caminhos do vírus e implementar medidas técnicas e universais de resposta, esses pactos sociais mantêm a invisibilidade desses corpos periféricos e sua sistemática ausência de protocolos de ação, acesso a tratamentos, e até mesmo listas de doentes fatais. De forma parecida, esses atores ignoram a precariedade financeira de grande parte dessa população e sua dependência do trabalho e da circulação cotidiana para se sustentar. Tais dilemas invisibilizados produzem estresses intensos para os sujeitos periféricos e, embora também gerem respostas locais inovadoras, não está claro o quanto elas conseguirão mitigar os impactos da pandemia. Em tempos de crise aguda, enquanto a economia de plataforma segue conectando as periferias aos centros e vice-versa, alimentando-se e replicando suas vulnerabilidades, o vírus e seus arranjos biossociais nos lembram que são as periferias e os sujeitos que as habitam que, mais uma vez, absorvem o maior custo na equação da desigualdade.

MOISÉS KOPPER [<https://orcid.org/0000-0003-0327-7681>] é doutor e mestre em antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Fez pós-doutorado no Centro de Estudos da Metrópole (CEM) e no Max Planck Institute for the Study of Societies (MPIfG). Foi professor visitante na Universidade de Colônia (Alemanha) e realizou estágios de pesquisa na Princeton University (Estados Unidos) e no Instituto de Desarrollo Económico y Social (Argentina).

MATTHEW AARON RICHMOND [<https://orcid.org/0000-0002-1563-3615>] é *Leverhulme Trust Early Career Fellow* no *Latin America and Caribbean Centre* (LACC) da London School of Economics (LSE). É doutor em geografia pelo King's College, mestre em ciências sociais pela Universidade de Cambridge, e fez seu pós-doutorado no Centro de Estudos da Metrópole (CEM) e na Universidade Estadual Paulista (Unesp).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Biehl, J.; Good, B.; Kleinman, A. (orgs.). *Subjectivity: Ethnographic Investigations*. Berkeley: University of California Press, 2007.
- Biehl, J.; Locke, P. “Deleuze and the Anthropology of Becoming”. *Current Anthropology*, v. 51, n. 3, 2010, pp. 317-51. Disponível em: <<https://doi.org/10.1086/651466>>.
- _____. (orgs.). *Unfinished: The Anthropology of Becoming*. Durham/Londres: Duke University Press, 2017.
- Biehl, J.; Petryna, A. *When People Come First: Critical Studies in Global Health*. Princeton: Princeton University Press, 2013.
- Caldeira, T. “Peripheral Urbanization: Autoconstruction, Transversal Logics, and Politics in Cities of the Global South”. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 35, n. 1, 2017, pp. 3-20. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0263775816658479>>.
- Cardoso, R. “Favela: conformismo e invenção”. In: *Ruth Cardoso: obra reunida*. São Paulo: Mameluco, 1977, pp. 159-69.
- Carse, A.; Kneas, D. “Unbuilt and Unfinished: The Temporalities of Infrastructure”. *Environment and Society: Advances in Research*, v. 10, n. 1, 2019, pp. 9-28. Disponível em: <<https://doi.org/10.3167/ares.2019.100102>>.
- Duarte, L. F. D. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 1988.
- Duarte, L. F. D.; Barsted, L. L.; Taulois, M. R.; Garcia, M. H. “Vicissitudes e limites da conversão à cidadania nas classes populares brasileiras”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 8, n. 22, 1993, pp. 22-31.
- Durham, E. *A caminho da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- Feltran, G. D. S. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- Fonseca, C. *Família, fofoca e honra*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.
- Frúgoli Jr., H. “O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia”. *Revista de Antropologia USP*, v. 48, n. 1, 2005, pp. 133-65.
- Holston, J. *Insurgent Citizenship: Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- Kowarick, L. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- Lancione, M. “The Assemblage of Life at the Margins”. In: M. Lancione (org.). *Rethinking Life at the Margins: The Assemblage of Contexts, Subjects and Politics*. Londres: Routledge, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.4324/9781315606118>>.
- Lewis, O. *Five Families: Mexican Case Studies in the Culture of Poverty*. Nova York: Basic Books, 1959.
- Machado, C. B. “‘É muita mistura’: Projetos religiosos, políticos, sociais, midiáticos, de saúde segurança pública nas periferias do Rio de Janeiro”. *Religião e Sociedade*, v. 33, n. 2, 2013, pp. 13-36.
- Perlman, J. *The Myth of Marginality: Urban Poverty and Politics in Rio de Janeiro*. Stanford: University of California Press, 1980.
- Pinheiro-Machado, R. *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Planeta, 2019.
- Richmond, M. A. “O devir-lugares das periferias urbanas: transformações socioespaciais no bairro de Fazenda da Juta”. In: Richmond, M. A.; Kopper, M.; Oliveira, V. C. de; Placencia, J. Garza (orgs.). *Espaços periféricos: política, violência e território nas bordas da cidade*. São Carlos: EdUfscar, 2020.

- Sader, E.; Paoli, M. C. “Sobre ‘classes populares’ no pensamento sociológico brasileiro”. In: Durham, E. (org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp. 39-68.
- Segato, R. L. “Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais”. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, v.12, n.1, 2006, pp. 207-36. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0104-93132006000100008>>.
- Velho, G. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973.
- Ventura, Z. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- Zaluar, A. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

